Aumentam queixas devido à deficiente recolha do lixo em Coruche

Empresa intermunicipal Ecolezíria começou a efectuar a recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho há pouco mais de um mês.

Um mês após ter entrado em funcionamento o novo sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos em Coruche, da responsabilidade da empresa intermunicipal Ecolezíria, o número de queixas quanto à qualidade do serviço tem aumentado entre a população. Em causa está o facto dos contentores do lixo se manterem cheios durante vários dias seguidos.

Segundo disse o presidente do município, Francisco Oliveira (PS), na última sessão da assembleia municipal, a empresa encontra-se neste momento em fase de adaptação, daí ser normal o atraso na recolha do lixo. Além disso, acrescentou, um veículo de recolha dos resíduos encontra-se avariado, o que veio prejudicar ainda mais esse serviço.

Sobre a nova empresa de recolha dos resíduos, o presidente da autarquia destacou ainda que o concelho só veio beneficiar, pois actualmente a recolha de resíduos é feita mais uma hora por dia, com os funcionários da empresa a trabalharem oito horas diárias, enquanto os trabalhadores municipais faziam sete horas por dia.

O assunto foi levantado pela presidente da Junta de Freguesia do Couço, Ortelinda Graça, que alertou o presidente do município para o desagrado dos munícipes nomeadamente nas localidades de Coureliñhas e Volta do Vale, onde há mais de duas semanas não era realizada a recolha do lixo.

O presidente do município deixou ainda um alerta a todos, sobretudo aos presidentes de junta que se encontravam na sala, para que, perante situações anómalas, contactem de imediato os serviços municipais, para que estes possam alertar a Ecolezíria, tentando assim acelerar a resolução do problema

Legalidade de concurso público na Câmara de Benavente questionada pela oposição

Vereador do PS exigiu ao presidente do município, Carlos Coutinho (CDU), que explicasse o porquê de uma concorrente ter realizado a prova escrita em dia diferente.

O vereador da Câmara de Benavente, Pedro Pereira (PS), contestou na última reunião do executivo camarário a legalidade do concurso público lançado pelo município para admitir um técnico superior de arquitectura. Em causa está o desrespeito pelo princípio de igualdade entre os concorrentes, depois de uma candidata que já trabalha naquela autarquia em regime de contrato ter realizado a mesma prova escrita um dia depois dos restantes candidatos.

Pedro Pereira referiu-se à situação como uma "trapalhada" que quer ver esclarecida e exigiu mais rigor e transparência nos concursos públicos realizados por aquele município. "É injusto e incorrecto" dar-se uma "prova rigorosamente igual", em dia diferente a uma concorrente, sublinhou.

O presidente do município, Carlos Coutinho (CDU), garante que não houve qualquer tipo de favorecimento à candidata em causa e revelou que a decisão do adiamento da prova foi tomada pelo júri do concurso, depois de ter sido solicitado pela concursante um pedido de alteração da data por causa do falecimento de um familiar. "O presidente da câmara não interfere em nenhum processo de recrutamento e é exemplar a forma como esta câmara recruta os seus funcionários", afirmou o líder do executivo.

Questionada pelo vereador socialista sobre o assunto, a chefe de divisão de recursos humanos daquela autarquia, Palmira Alexandre, respondeu que "a lei não define essa questão" e "sempre que estiverem em causa situações em que o júri entenda que sim", um concursante pode realizar a prova escrita num dia diferente dos demais. A funcionária assegurou ainda que apenas ela tinha acesso à prova guardada em dispositivo de memória USB.

De acordo com a informação prestada por Palmira Alexandre na reunião do executivo, a concorrente teve inclusive uma das notas mais baixas da prova escrita em modelo de escolha múltipla

Assembleia Municipal de Ourém visitou obras em curso no concelho

foto DR

Visita às obras de reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém foi a mais aguardada

Autarcas passaram por cinco empreitadas em fase de execução.

Na iniciativa, que contou com a presença do presidente da assembleia municipal, João Moura, e do presidente da câmara, Luís Albuquerque, esteve também o executivo camarário, técnicos da autarquia e responsáveis das várias empreitadas em causa.

A visita teve início no Centro Escolar da Carvoeira, em Caxarias, uma obra orçada em cerca de 1,5 milhões de euros, e que se prevê estar concluída dentro de um ano. Seguiu-se a visita à obra de requalificação do antigo jardim-de-infância onde vai ser instalada a extensão de saúde de Sobral, uma empreitada no valor de cerca de 175 mil euros. O Centro de Documentação Joaquim Ribeiro foi também visitado pelos autarcas. A reabilitação do edifício vai custar cerca de 140 mil euros.

A visita mais aguardada e a que suscitou mais intervenções por parte dos presentes, foi às obras de reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua adaptação para espaços museológicos. Uma obra que representa um investimento total estimado de perto de dois milhões de euros e um prazo de execução de cerca de dois anos.

O encontro terminou com a visita ao Cineteatro Municipal de Ourém, obra com um investimento de cerca de 2,5 milhões de euros e com um prazo de execução de 540 dias. João Moura fez um balanço muito positivo da iniciativa, tendo em conta que os autarcas tiveram a oportunidade de esclarecer as dúvidas referentes a algumas intervenções

Oposição quer sessões da Assembleia Municipal de Abrantes em directo na Internet

As bancadas do PSD e do Bloco de Esquerda e o presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, Rui André (independente), criticaram o facto das sessões da Assembleia Municipal de Abrantes ainda não serem transmitidas em directo online. O assunto arrasta-se desde o início do actual mandato, em 2017, tendo sido feitas propostas de recomendação para que o sistema seja implementado. O presidente da assembleia municipal, António Mor (PS), explicou que o processo está em desenvolvimento e que está previsto que possa estar concluído no final do primeiro semestre deste ano.

Foi ainda sugerido que as ordens de trabalhos sejam disponibilizadas em formato digital no sítio online da Assembleia Municipal de Abrantes, assim como as actas das sessões após a sua aprovação. Outra das sugestões feitas no início do mandato e que é recorrentemente recordada é a descentralização das sessões da assembleia pelas freguesias do concelho. O objectivo, dizem os eleitos, é aproximar o órgão de decisão máximo e fiscalizador do executivo municipal aos munícipes.

Pedro Grave (BE) sugeriu que, além da gravação e transmissão online das sessões, seja criado um calendário de implementação com os prazos estimados para se iniciarem essas transmissões. "A inércia dos responsáveis neste caso é para lá do que consideramos razoável. Já passámos mais de metade do mandato e ainda não conseguiram implementar um projecto que é simples", afirmou.

O presidente da Junta de Rio de Moinhos sublinhou que as novas tecnologias servem para comunicar e aproximar as pessoas da vida política. "Precisamos combater barreiras e muros para abrir portas ao contacto directo com as nossas populações. Esta ferramenta é fundamental para avançarmos juntos e esperar um aumento da participação na vida política", considerou Rui André

ASSOCIAÇÃO ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES DE BOLONHA

COMUNICAÇÃO Nº 001/2020

AOS ASSOCIADOS

Assunto: CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Data: 09/03/2020

Apresentação e aprovação de contas 2019

Exmos. Senhores Associados,

Nos termos da alínea b) do ponto 2 do artigo 23º dos estatutos, convoco todos os associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que terá lugar na rua da Associação ATL da Bolonha Lote 1, Póvoa de Santa Iria, pelas 20h00 do dia 27 de março de 2020 com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um – Leitura e aprovação da ata da assembleia anterior.

Ponto Dois – Tomada de Posse do novo Presidente do Conselho Fiscal devido à vacatura do lugar.

Ponto Três – Apresentação e aprovação de contas 2019

Ponto Quatro – Ratificação de associados

Ponto Cinco – Outros assuntos.

Se à hora marcada não houver quórum, a assembleia funcionará trinta minutos depois (20H30), com qualquer número de presenças, a mesma ordem de trabalhos e no mesmo local, (artigo 24.º dos Estatutos).

Póvoa de Santa Iria, 09 de março de 2020

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Marisa Silva

Defesa da honra foi o assunto mais importante da Assembleia Municipal de Ourém

A última sessão teve uma ordem de trabalhos que não deixou memória mas registaram-se três pedidos de defesa da honra. Uma situação pouco habitual e que levou o presidente da assembleia, João Moura, a afirmar que os deputados estavam com a "honra muito sensível".

foto O MIRANTE

Assembleia Municipal de Ourém decorreu no último dia de Fevereiro

A última sessão ordinária da Assembleia Municipal de Ourém, que decorreu a 29 de Fevereiro, teve muito pouco que contar, uma vez que os assuntos abordados foram quase todos administrativos e reuniram, na maioria, o consenso. Nota de destaque apenas para o facto de ter havido três pedidos de defesa da honra por parte de eleitos, uma situação que não é muito habitual e que levou o presidente da assembleia municipal, João Moura (PSD), a afirmar, em jeito de brincadeira, que os deputados estavam com "a honra muito sensível".

A primeira intervenção em defesa da honra foi de Cília Seixo (PS), que subiu ao palanque para fazer um discurso longo, ao ponto de ser interrompida por João Moura, que referiu o carácter político da comunicação que nada tinha a ver com a sua defesa da honra. Cília Seixo referiu que tinham sido feitas críticas, pelo executivo camarário liderado por Luís Albuquerque (PSD), à vereação de que faz parte (PS) por não quererem apostar no investimento na zona norte do concelho, sobretudo na reabilitação do mercado da Freixianda e da zona industrial. A autarca defendeu-se dizendo que não concorda com a utilização de dinheiros públicos sem que se saiba a forma como estão a ser investidos.

Pouco tempo depois, e quando o tema da discussão incidia sobre quem são os responsáveis pelas empreitadas que estão a decorrer no concelho, Luís Albuquerque afirmou que o socialista José Alho também tem muitas ideias mas que acabam por nunca passar disso. José Alho pediu à mesa a defesa da honra por se ter sentido ofendido com a insinuação de Luís Albuquerque.

O último pedido de defesa da honra foi de Paula Martins, também eleita do PS, que se queixou do facto de Luís Albuquerque ter mencionado o trabalho que desenvolve na sua actividade profissional, fazendo comparações. Paula Martins disse que nunca se refere a Luís Albuquerque como sócio-gerente de uma empresa de contabilidade

Câmara de Mação quer vender imóveis devolutos

Município vai avançar com avaliação de alguns edifícios actualmente sem uso para depois os colocar em hasta pública.

A Câmara de Mação está a estudar a hipótese de vender imóveis do município que já não têm utilização, e estão em estado de degradação a potenciais interessados. O presidente da autarquia, Vasco Estrela (PSD), referiu em sessão camarária que uma cidadã, que residia em Paris e tem raízes no concelho, mostrou interesse em comprar o edifício da antiga escola primária de Amêndoa para regressar à sua terra. O autarca disse também que existem outros casos sinalizados de pessoas interessadas em adquirir imóveis do município para primeira habitação ou casa de férias.

O executivo deliberou, por unanimidade, avançar para a avaliação dos imóveis para depois se proceder à abertura de hasta pública para venda dos mesmos. Todo o executivo se mostrou satisfeito perante a possibilidade de dar nova vida aos imóveis devolutos. "Se a comunidade local não demonstra interesse na sua utilização e se eles se estão a degradar esta é uma boa hipótese para que novas pessoas possam vir morar para o concelho", disse Vasco Estrela.

O presidente explicou que houve interesse demonstrado por duas antigas escolas primárias na freguesia de Amêndoa, uma na União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira e outra na Freguesia do Carvoeiro. Vasco Estrela acrescentou que as alienações só serão feitas se não existir nenhum interesse social ou por parte de outra entidade do concelho

Autarca diz que salários em atraso no CBEI não podem continuar

Presidente da Câmara de Vila Franca de Xira quer soluções urgentes.

Os salários em atraso no Centro de Bem-Estar Infantil de Vila Franca de Xira (CBEI) "não podem continuar" e devem ser regularizados "o mais rapidamente possível", apelou na última semana o presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, Alberto Mesquita (PS).

O autarca voltou a ser questionado sobre o problema do CBEI na reunião pública do executivo pelos vereadores da CDU e avisou que o financiamento do fundo de socorro da Segurança Social, que foi pedido por aquela colectividade, deverá ser usado para resolver em primeiro lugar o problema dos salários.

"Com esse fundo o CBEI vai ter um valor confortável para responder às necessidades mais imediatas e já avisei que, para além das questões urgentes, é preciso o pagamento rápido e imediato dos vencimentos em atraso. E isso deve ser feito com rapidez porque a situação não pode continuar a prolongar-se", vincou.

O município e a Segurança Social tiveram uma reunião conjunta na última semana para analisar o problema da associação e o autarca transmitiu a necessidade de rapidamente ser criada uma estratégia futura que permita obter a melhor gestão possível daquela associação, que é actualmente um dos maiores empregadores da cidade de Vila Franca de Xira

FOTO CM MAÇÃO

José Cassandra participou numa reunião com o executivo municipal de Mação

Presidente do Governo Regional do Príncipe visitou Mação

O presidente do Governo Regional do Príncipe, José Cassandra, foi recebido, na semana passada, pelo presidente da Câmara de Mação, Vasco Estrela (PSD), e participou numa reunião com o executivo municipal. Este encontro fez parte de um conjunto de visitas que José Cassandra fez aos municípios da área de actuação da Pinhal Maior – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul.

Os presidentes dessas autarquias também visitaram São Tomé e Príncipe há cerca de dois meses. Durante a visita ficaram agendadas algumas acções de cooperação e também parcerias entre estes municípios e aquela região. A visita dos autarcas da Pinhal Maior a São Tomé e Príncipe teve o objectivo de encetar contactos com várias entidades daquele país ligadas ao desenvolvimento local que permitam implementar um futuro projecto de cooperação sobre a valorização dos sistemas alimentares locais